



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: **Poder e Establishment** **2**

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 16

INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Luiz Renato de Souza Justiniano

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ / PGCL - Programa de Cognição e Linguagem
Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/7075623095606785>

Carlos Henrique Medeiros de Souza

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ / PGCL - Programa de Cognição e Linguagem
Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/5410403216989073>

Daniele Fernandes Rodrigues

UFF – Universidade Federal Fluminense / Departamento de Administração
Macaé – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4090157516142340>

RESUMO: As dificuldades de financiamento da previdência social têm colocado os países vigilantes quanto as necessidades de ações que alterem o atual estado e o das perspectivas futuras, que só se agravam quanto ao seu equilíbrio financeiro. Com esta consciência, foi efetuada a análise dos diversos cenários apresentados, tanto para o entendimento de como se chegou até aqui, bem como a evolução para o futuro. Entendimento estruturado através da compreensão abrangente dos aspectos de geração de demandas de recursos financeiros e de

provimento de financiamento para a previdência social, focando em seu desequilíbrio no estágio atual, bem como a tendência de agravamento futuro, auferido através da compreensão da demografia passada e futura dos fatores que influenciam este desequilíbrio. Através desta pesquisa se buscou a compreensão do efeito das transformações tecnológicas sobre os sistemas previdenciários atuais e seus problemas de equacionamento, bem como sua possível contribuição para solução através do ganho de produtividade e de uma nova cognição para o tema responsabilidade sobre a previdência.

PALAVRAS - CHAVE: Previdência Social, Evolução Tecnológica, Previdência Privada, Reforma Previdenciária.

INFLUENCES AND IMPACTS OF TECHNOLOGICAL TRANSFORMATIONS AT WORK AND THE SOCIAL SECURITY SYSTEM

ABSTRACT: The difficulties in financing social security have placed countries vigilant about the needs for actions that alter their current state and their future prospects, which only worsen in terms of their financial balance. With this awareness, the analysis of the various scenarios presented was made, both to understand how it got here, as well as the evolution to the future. Structured knowledge through a comprehensive understanding of the aspects of generating demands for financial resources and financing for social security, focusing on its unbalance at the current stage, as well as the tendency of future worsening, earned by understanding the past and

future demographics of the factors that influence this imbalance. Through this research, we sought to understand the effect of technological changes on current social security systems and their problems of equation, as well as its possible contribution to the solution through gain of productivity and a new cognition for the subject responsibility on the social security.

KEYWORDS: Social Security, Technological Evolution, Private Pension, Pension Reform.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, não só no Brasil, mas também em muitos países desenvolvidos, houve necessidade de reformas dos sistemas públicos previdenciários. Estas necessidades tiveram seu nascedouro no pós-guerra, quando da promoção de ações vinculadas ao *welfare state* (bem-estar social), houve a expansão do papel do Estado nos benefícios previdenciários.

Muitos dos países desenvolvidos, já deram partida as reformas profundas em sua previdência pública, mas o caso brasileiro é extremamente preocupante, embora já tenha passado por cinco reformas, ou melhor, ajustes acanhados e deficientes, desde a Constituição de 1988, as reformas **não consideraram todas as mudanças ocorridas e** à ocorrer na sociedade brasileira, o que está implicando em seu colapso com crescentes despesas e déficits irrecuperáveis.

Ao analisar a evolução recente da sociedade brasileira, as principais variáveis que influenciam a previdência pública, no que tange seu financiamento, como taxa de natalidade decrescente e redução de mão de obra empregada nos negócios, devido ao franco desenvolvimento tecnológico, bem como no que tange a sua demanda de recursos como, expectativa de vida em franco crescimento e intensa pressão para o Estado brasileiro reduzir sua carga tributária, fica evidenciado que além da necessidade de reformas profundas no modelo de previdência pública, a cultura de previdência no Brasil deve ser ressignificada, de forma que as atuais gerações tenham outra cognição de futuro auto sustentável e de menor dependência do Estado.

Desta forma, neste artigo aprofundamos as pesquisas em literaturas que abordam a temática, com o objetivo de identificar como as transformações tecnológicas influenciaram a forma e a organização do trabalho e suas consequências sobre os sistemas previdenciários atuais e o agravamento de seus problemas de equacionamento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da previdência no mundo já apresentava seus primeiros registros no século XVII, e o primeiro país a criar um plano de aposentadoria foi a França, em 1673, buscando atender a Marinha Real. Na história brasileira, tivemos as primeiras iniciativas no século XIX, onde em 1888, ainda no império, surgiram os primeiros planos beneficiando principalmente os funcionários dos correios, da imprensa, da estrada de ferro, da marinha,

da casa da moeda e da alfândega.

Mas a Previdência no Brasil, segundo Boschetti (2008) tendo derivado do processo de industrialização e assalariamento, somente se manifestou a partir da Lei Eloy Chaves, criada no começo do século XX (1923), desenhando então um seguro coletivo de modo a ratear riscos para algumas categorias de trabalhadores.

A Lei Eloy Chaves, fundamentalmente criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão – CAP, para os trabalhadores das companhias ferroviárias da época. O incremento de abrangência à servidores públicos, portuários, mineradores e telégrafos, aconteceu na década de 30, ainda como um sistema de previdência privado, com a empresa sendo a entidade de equacionamento dos riscos.

Conforme Cabral (2000), ainda não existia um conceito de cidadania na proposta previdenciária de Eloy Chaves, pois não era aplicada aos trabalhadores em geral, mas criava procedimentos de gestão de riscos para um grupo de trabalhadores onde o empregador (empresa) assumia a missão de equacionamento dos riscos de financiamento. Somente na era Vargas, houve o fenômeno do alargamento do papel do Estado no pós-guerra que trouxe, entre tantas ações promovidas pelo *welfare state*, a expansão dos benefícios previdenciários.

A expressão *welfare state* é aplicada às iniciativas e intervenções do Estado no sentido de prover um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal com o objetivo de assegurar equilíbrio entre as forças de mercado e a necessária estabilidade social. Nele, o Estado assume o papel de promotor do bem-estar social e qualidade de vida da população, objetivando maximizar a universalização dos direitos sociais aos cidadãos.

A expressão apesar de surgir na Alemanha de Bismarck no século XIX, Otto von Bismarck instituiu o estado de bem-estar social como medida pragmática para resolver os problemas da população. Foi inicialmente difundida pela Inglaterra pelos meios jornalísticos, mas apenas mais à frente passou a ser usual nos meios acadêmicos e científicos, tomando verdadeira importância no período pós II Guerra Mundial, quando o Estado passou a atuar de forma intensiva na promoção e financiamento de programas e planos de ação destinados a promover os interesses sociais coletivos dos membros de uma determinada sociedade combatendo os principais problemas sociais à época: “a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade”, conforme ressalta Outhwaite e Bottomore (1996, pág. 261).

A expressão é uma oposição ao *laissez-faire*, dos verbos em francês *laisser* (deixar) e *faire* (fazer), expressão em francês que significa “deixe fazer” e é representativa de um Estado em um modelo político e econômico de não-intervenção estatal, onde o Estado deve se dedicar apenas o cuidado com a segurança pública e justiça.

No contexto do *welfare state*, na década de 50, com o alargamento de benefícios, no Brasil de Vargas foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP, onde então o Estado assumia o papel de gestor do risco de financiamento, instituindo um sistema de previdência público, que passou a ter existência simultânea com o privado – CAP

(BOSCHETTI, 2006).

Já ao final do governo Vargas, tivemos uma primeira reforma através da fusão dos institutos (CAP e IAP) como prenúncio à uniformização dos benefícios, porém somente em 1966, com a instituição do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, e posteriormente em 1988 com a Nova Constituição, houve a universalização dos benefícios o que representou uma ampliação de direitos para os trabalhadores, conforme evidencia Araújo (2008) ao afirmar que estas reformas representaram uma expansão de direitos.

A partir de 1988, com a constituinte e respectiva Constituição Federal, demanda de mobilização social, tivemos o reconhecimento da Previdência Social Brasileira como política integrante do sistema de seguridade social. Quando então se constituiu a previdência aos moldes de hoje, com a arrecadação atribuída a empregadores e empregados, mas com o Estado assumindo o papel de organização e distribuição dos recursos conforme a legislação.

Paralelamente, desde o pós guerra, década de 40, até os dias de hoje, tivemos uma intensificação e aceleração das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, fundamentada principalmente na evolução tecnológica, fator que ocupa posição de relevância nesta intensificação e aceleração, porém em contrapartida não encontramos as correspondentes velocidades e profundidades necessárias nas adequações da previdência brasileira, o que tem implicado em seu colapso, com crescentes despesas e déficits irreversíveis.

Este avanço tecnológico atua de forma marcante prejudicando a financiabilidade do sistema previdenciário vigente, que tem como fonte primordial de financiamento a folha salarial, e conforme afirma, Varsano e Mora (2007), a evolução tecnológica tem proporcionado um gasto com mão de obra cada vez menor nos processos produtivos. Esta redução de base de trabalhadores, ou seja, da População Economicamente Ativa – PEA, tem se apresentado como verdadeiro desafio ao sistema previdenciário brasileiro, pois a previdência atual está baseada na seguinte premissa: a geração que está trabalhando hoje paga a previdência da geração anterior, na expectativa que a próxima irá pagar a sua.

RESULTADOS ALCANÇADOS

As mutações na sociedade, que afetam a previdência brasileira em seu financiamento e demanda por recursos, podem ser evidenciadas principalmente através da evolução de alguns parâmetros:

- Taxa de Natalidade: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de natalidade no Brasil apresenta decréscimo ao longo dos anos. No ano de 2000, a taxa de natalidade era de 20,86 por mil habitantes. Em 2005, a taxa caiu para 18,15 a cada mil habitantes, chegando a 14,16 por mil habitantes em 2015, conforme é possível verificar no gráfico 01.

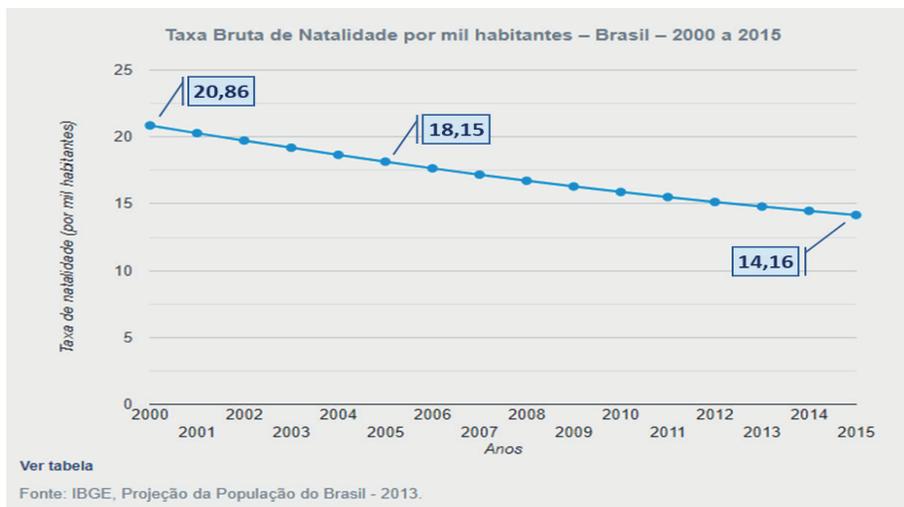


Gráfico 01 – Taxa Bruta de Natalidade por mil habitantes – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil – 2013

A taxa de natalidade representa o número de crianças nascidas vivas no período de um ano. Exclui-se desse cálculo o número de crianças nascidas mortas ou que morreram logo após o nascimento. Esse indicador representa a relação entre o número de nascimentos e de habitantes de um determinado local. O cálculo é feito a cada mil habitantes, e o resultado é dado em permilagem (número por mil).

- Concessões de Aposentadorias: conforme o Anuário Estatístico da Previdência Social, o número de aposentadorias concedidas em 1990 foi de 401.128, sendo incrementado para 671.048, correspondendo ao valor de R\$ 197 milhões em 2000, novamente incrementado para 1.025.796, correspondendo ao valor de R\$ 854 milhões em 2010 e finalmente chegando a 1.391.170, correspondendo ao valor de R\$ 2, 185 bilhões em 2017, conforme demonstra o gráfico 02:

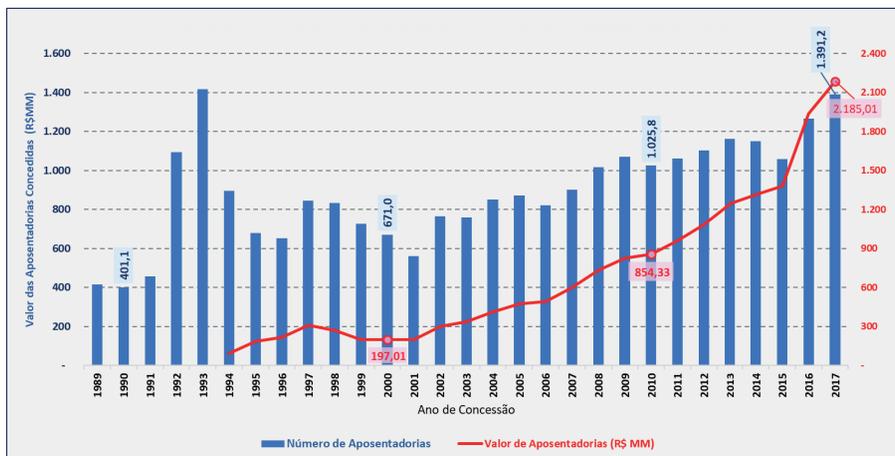


Gráfico 02 – Evolução das concessões de aposentadoria – quant. (milhares) e valor (R\$ MM)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico da Previdência Social

- Expectativa de Vida: a expectativa de vida dos brasileiros ao nascer aumentou em 3 meses e 4 dias, de 2017 para 2018, alcançando 76,3 anos, e outros 3 meses de 2018 para 2019, alcançando 76,6 anos. Desde 1940, já são 35,1 anos a mais que se espera que a população viva, conforme evidencia o gráfico 03. Os dados são das Tábuas Completas de Mortalidade, divulgadas pelo IBGE. Neste mesmo período a taxa de fecundidade no Brasil evoluiu de 6,2 filhos para 1,77 em 2013.

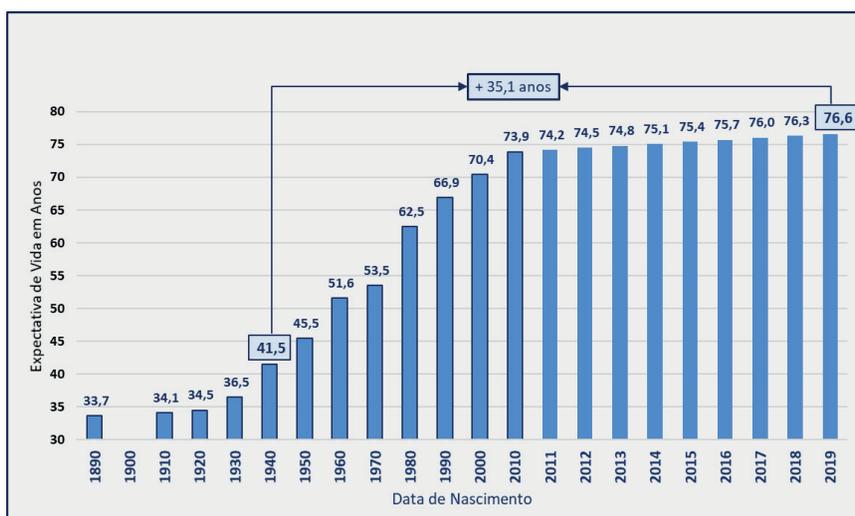


Gráfico 03 – Expectativa de vida do Brasileiro ao nascer

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE

A combinação, de Taxa de Natalidade declinante e conseqüente redução da base de financiamento, com incremento de Concessões de Aposentadorias e de Expectativa de Vida e conseqüente crescimento da base demandante de recursos, ou seja, o número de aposentados crescendo muito mais rapidamente do que o de trabalhadores contribuindo para a Previdência, materializa a perspectiva do acirramento do déficit previdenciário.

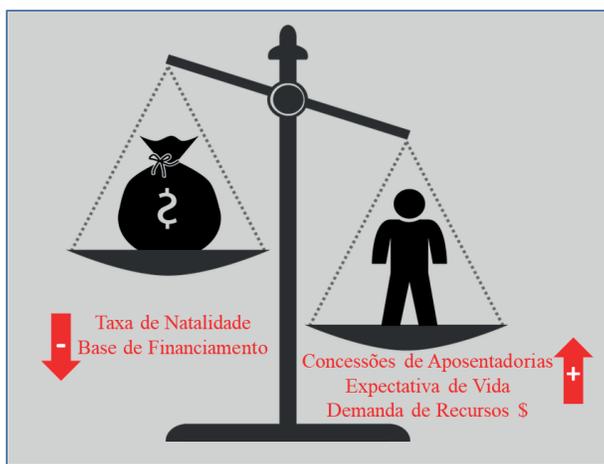


Figura 01 – Motivação da perspectiva de acirramento do déficit previdenciário

Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, o crescimento da receita da Previdência será menor do que o do número de beneficiários, causando uma persistente redução dos benefícios da Previdência, o que nos encaminha a um futuro sombrio sob o ponto de vista de capacidade de manutenção do bem-estar social e econômico desta sociedade envelhecida.

As famílias brasileiras têm cada vez menos filhos, reduzindo o número de pessoas que trabalharão e contribuirão para a Previdência no futuro, e as pessoas estão vivendo cada vez mais, aumentando o número de beneficiários da Previdência, e o tempo que eles receberão os benefícios. Sendo assim, fica fácil compreender as conseqüências financeiras futuras das mudanças demográficas.

Apesar disto, a maioria não compreende que o déficit da Previdência tem roubado recursos que deveriam ir para Saúde, Educação, Infraestrutura, Segurança, e isto já está acontecendo de forma cíclica e viciosa. Em 2018 o total da arrecadação da Previdência pública foi de R\$550 bilhões e o total de benefícios pagos de R\$950 bilhões, os R\$400 bilhões que faltaram tiveram que sair da saúde, educação, infraestrutura, segurança, etc.

A questão é que não basta viver muito. O grande desafio é continuar vivendo sem políticas públicas, sem cuidado, sem saúde, sem cuidadores, sem recursos financeiros.

Temos um país que envelheceu antes de enriquecer e que demanda mais recursos.

A cada dia vamos precisar de mais riqueza e temos menos pessoas trabalhando. Como resolver esta equação? Muito se fala na utilização da inovação e produtividade alavancada pela tecnologia como figura de fazer mais com menos e sendo um grande diferencial para esta geração de riqueza. O avanço tecnológico e sua aplicação ao mundo do trabalho com respectivo aumento de produtividade pode ser o agente de viabilização do sistema previdenciário brasileiro?

Como atender a um sistema onde os ciclos futuros são previsíveis?

- menor geração de riqueza através menor força de trabalho, consequência de um decréscimo acentuado da taxa de natalidade;
- maior demanda de riqueza para manutenção e bem estar de uma maior população de idosos, consequência do acréscimo da expectativa de vida dos brasileiros.

A produtividade entra nesta equação como uma forte variável para o aumento da riqueza, se não aumentamos a base de força de trabalho (número de empregados) temos que fazer mais com menos, ou seja, maior produtividade.

Através do gráfico 4, é possível constatar, ao analisarmos comparativamente a produtividade brasileira com a de outros países, que ela ainda é muita acanhada.

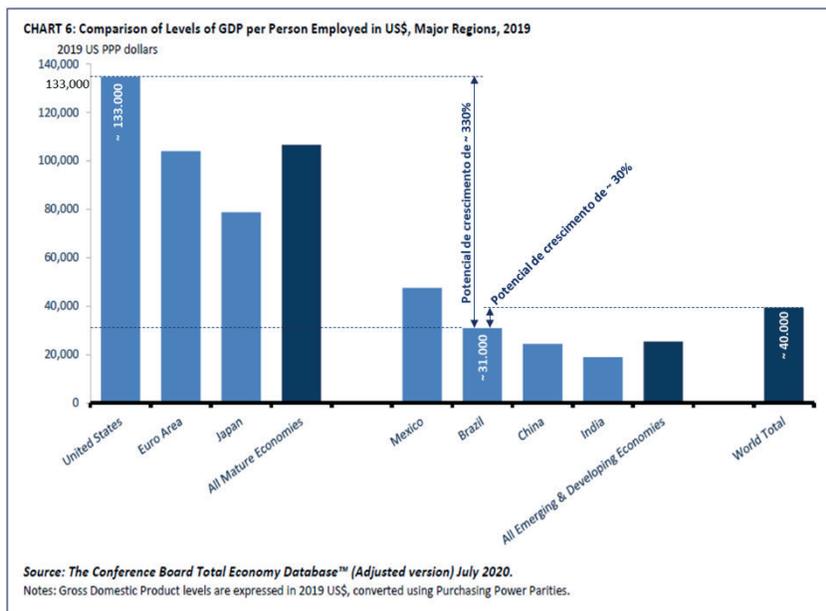


Gráfico 04 – Comparativo da Produtividade (PIB por empregado)

Fonte: The Conference Board Total Economy Database Summary Tables (July 2020)

Desta forma, conclui-se que no Brasil existe um potencial de crescimento de até 330% se compararmos com o referencial de excelência, os USA, país de maior produtividade por empregado no mundo (de aproximadamente 31.000 para aproximadamente 133.000 US\$ por empregado), e um potencial de crescimento de pelo menos 30% se utilizarmos de extrema parcimônia e nos desafiarmos apenas para a média mundial, (de aproximadamente 31.000 para aproximadamente 40.000 US\$ por empregado).

Com intuito de expandir a análise, inclui-se um comparativo da PTF (Produtividade Total dos Fatores), no gráfico 05, que é uma medida de produtividade que engloba todos os fatores de produção, permitindo uma análise mais completa, pois descreve a relação entre os fatores de produção, capital e trabalho, que se combinam para gerar um único produto a riqueza, enquanto que a produtividade por empregado (produtividade do trabalho), já demonstrado no gráfico 04 e que tem a vantagem de ser simples e direta, é calculada como a razão entre o produto (a riqueza) e o trabalho.

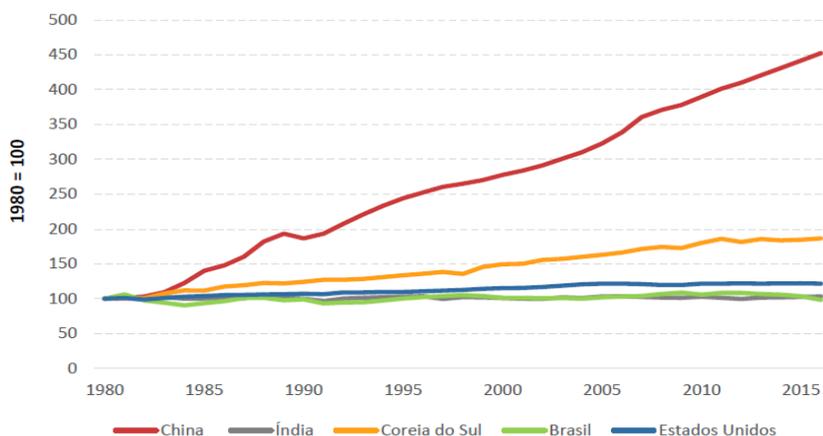


Gráfico 05 – Evolução da PTF em países selecionados

Fonte: *The Conference Board Total Economy Database Summary Tables (July 2020)*

Afere-se que a evolução do desempenho da produtividade brasileira está realmente bastante acanhado, pois entre 1981 e 2016, a Produtividade Total dos Fatores (PTF) da economia brasileira ficou praticamente estagnada, -0,26% a.a. em média, sendo ainda pior na década mais recente, conforme exposto no gráfico 05, com -0,71% a.a. Neste mesmo cenário a China teve um incremento de 350% em sua PTF.

A produtividade brasileira pode até não ser a solução absoluta de nossos problemas de geração de riqueza futura, mas não deixa dúvidas de sua potencialidade contributiva para a referida geração de riqueza e conseqüentemente para o equacionamento do sistema

previdenciário brasileiro.

A partir de todo este cenário, problematiza-se aqui a situação para daqui a 30 anos, já que segundo as estatísticas demográficas atuais, o número de pessoas com mais de 60 anos deve superar os 2 bilhões em 2050 no mundo.

Corroborando as palavras do economista Ricardo Amorim, tem-se um diferencial positivo nesta ordenação de acontecimentos, aqui no Brasil, já que será possível tomar todas estas decisões, assistindo a um filme que será a experiência estrangeira com tudo isso, considerando que alguns países na Europa e o Japão irão apresentar problemas, expectativa de vida extremadas para o padrão atual e grande participação relativa de população inativa dependente de recursos da previdência, muito antes de nós, ou seja, vamos assistir o tamanho do estrago e ter a oportunidade de corrigir por aqui.

Mas não se deve aguardar os acontecimentos, as ações devem começar já, pois este modelo ora instalado, não se sustenta literalmente, nem sob o ponto de vista lógico, poucos manterem muitos e nem sob o ponto de vista econômico, onde teremos mais demandas de recursos do que financiamentos. Desta forma, haja produtividade para fechar esta equação.

CONCLUSÕES

Fica evidenciado que o modelo de financiamento do atual sistema previdenciário brasileiro deverá ser alterado, e alterar este modelo, passa por alterar a consciência do brasileiro quanto a quem deverá financiar sua previdência, bem como o seu comportamento, no que diz respeito a como manter seu bem estar no envelhecimento. Torna-se necessário um profundo processo de mudança cultural do que representa previdência e como agir para assegurá-la, de forma que as atuais gerações tenham outra concepção de futuro auto sustentável e menor dependência do Estado.

Considera-se importante ressaltar que o aprofundamento neste artigo de como as transformações tecnológicas influenciaram nos sistemas previdenciários atuais e seus problemas de equacionamento faz parte de uma pesquisa maior do meu doutoramento no Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense, que tem por objetivo encontrar caminhos e proposições para minimizar as dificuldades de equacionamento futuro da Previdência no Brasil, o que só será possível através de uma profunda mudança cultural - Ressignificância da Previdência para o brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Odília Sousa de. **As últimas reformas da previdência social no Brasil e em Portugal**. Natal: Editora da UFRN, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres/UNB, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete (org). *Seguridade Social na América Latina*. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Anuário Estatístico da Previdência Social: Suplemento Histórico (1980 a 2017) / Ministério da Fazenda, Secretaria de Previdência, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – V.1 (1980/1996) – Brasília: MF/DATAPREV, 1997- atual. Acessado em: 01 out. 2020

CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Previdência Social**. In: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo III. Brasília: CEAD, UNB, CFESS, ABEPSS, 2000.

Conference Board. The Conference Board Total Economy Database Summary Tables. July, 2020.
Disponível em: <https://www.conference-board.org/>

MME-EPE. **Considerações sobre Produtividade da Economia Brasileira do PNE 2050 (Plano Nacional de Energia)**. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, 2019. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-2050>. Acessado em: 10 maio 2020.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: < <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018.html> > Data do acesso: 10 out. 2020.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

VARSANO, Ricardo. MORA, Mônica. Financiamento do Regime Geral de Previdência Social. In: TAFNER, P. GIAMBIAGI, F. (org). **Previdência no Brasil – debates, dilemas e escolhas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 